

Entrevista com Cesar Callegari: a formação docente nas políticas públicas educacionais com foco na alfabetização

Entrevistadora: **Maria Elizabete Neves Ramos**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Entrevistado: **Cesar Callegari**

Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (Ibsa), São Paulo/SP – Brasil

1 Apresentação

Historicamente, as políticas públicas educacionais com foco na alfabetização, instituídas pelo governo federal desde a Constituição Federal de 1988 (CF/88), são pautadas na formação continuada de professores alfabetizadores. Entre os programas federais ancorados nas atividades de formação continuada de professores alfabetizadores, alguns tiveram as universidades envolvidas no desenho da política, tais como: o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa), de 2001, o Pró-Letramento, de 2005, e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic)¹, de 2012 (Ramos; Bonamino, 2022).

Com base no regime de colaboração, o Pnaic foi um grande avanço em relação às políticas anteriores, por conta do ineditismo que significou a introdução da pactuação em âmbito nacional, envolvendo os diferentes entes federados (Viédes; Brito, 2015). Um grande trabalho de convencimento e negociação envolveu as relações entre governo federal e governos subnacionais, entre o MEC e as secretarias de educação, além de universidades, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), em meio a relações federativas complexas e uma multiplicidade de atores e organizações (Ramos, 2023). O alcance de uma adesão tão expressiva a uma política pública, logo em seu primeiro ano de implementação, de fato, chama a atenção, ao incluir os 26 estados, Distrito Federal e 5.276 dos 5.570 municípios brasileiros (Ramos; Bonamino, 2022, p. 8).

¹ O Pnaic foi instituído pelo MEC como um compromisso formal assumido pelos governos federal, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, no sentido de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização, em consonância com a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE).

O arranjo político-institucional consagrado a partir da CF/88, que instituiu um federalismo tripartite, garante autonomia política até mesmo para municípios. Embora reconheça a autonomia dos três entes federados, a Constituição estabelece competências educacionais específicas para cada um deles e determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem organizar suas redes de ensino em regime de colaboração (Brasil, 1988).

No programa de alfabetização em vigência: o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)², lançado pelo governo federal em 2023, a ênfase recai sobre o regime de colaboração, com protagonismo dos estados e municípios, e mecanismos de indução, coordenação, assistência técnica e financeira da União. Esse programa destaca a alfabetização como direito e a importância da recomposição das aprendizagens dos estudantes de 3º a 5º ano do ensino fundamental, afetados pela pandemia.

Esta entrevista é uma oportunidade de se refletir sobre a importância da formação continuada de professores alfabetizadores nas políticas públicas educacionais com foco na alfabetização e foi realizada com o professor Cesar Callegari logo que foi nomeado como conselheiro-membro da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), onde já exerceu mandatos anteriores (2004-2018).

Cesar Callegari é sociólogo e presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA). Foi secretário da Educação do município de São Paulo (2013/14), quando implantou a reforma educacional: “Mais Educação São Paulo”, programa que modificou a estrutura da escola de ensino fundamental, organizando-a em três ciclos de aprendizagem: ciclo de alfabetização, ciclo interdisciplinar e ciclo autoral. Na sua gestão foram criadas 40 mil novas vagas em creches e pré-escolas e 32 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Callegari foi secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (2003/2004) e secretário estadual adjunto da Cultura de São Paulo (1988/1991). Entre seus prêmios e reconhecimentos, destaca-se a condecoração, pelo

² O objetivo desta política educacional é garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental; além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano, afetadas pela pandemia.

Presidente da República, com a Gran Cruz do Mérito Científico (2004). No período do 1995-2003 foi deputado estadual por São Paulo.

Presidiu a Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e foi secretário da educação básica do Ministério da Educação (MEC), responsável pela construção do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e por propostas do MEC contempladas na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE, 2012).

Sua obra envolve temas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb³) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Foi o autor de diversos pareceres, resoluções e diretrizes, sobre diferentes temas entre os quais estão: ensino fundamental, educação infantil, carreira do magistério, custo aluno qualidade (CAQi), sociologia e filosofia no ensino médio.

Entre suas atividades de consultoria, assessoria, mentoria e eventos educacionais, estão: consultoria especializada para a elaboração de projetos integrais de criação, credenciamento e autorização de funcionamento de instituições de educação, elaboração de projetos pedagógicos institucionais, planos de desenvolvimento institucional e projetos pedagógicos de cursos na área de formação inicial de professores; consultoria e assessoria especializada na elaboração de planos de carreira do magistério para redes públicas de educação; produção e coordenação de fóruns internacionais de educação em municípios do estado de São Paulo; consultoria e assessoria para a elaboração participativa de propostas curriculares para a educação básica voltadas para redes públicas e privadas de ensino; mentoria para gestores educacionais com base na ampla experiência adquirida no exercício de posições de alta responsabilidade na formulação e implementação de políticas e projetos nas áreas de educação.

A entrevista foi realizada no dia 23 de setembro de 2024, ocasião em que a entrevistadora estava finalizando seu primeiro ano de pós-doutorado. A entrevistadora acrescentou notas explicativas e referências bibliográficas, além

³ O Fundeb é um conjunto de fundos contábeis, formado por recursos dos três níveis da administração pública do Brasil para promover o financiamento da educação básica pública.

de uma lista das principais obras de Cesar Callegari e uma relação de seus trabalhos publicados, incluindo pareceres, resoluções e diretrizes realizados.

2 Entrevista

Quando secretário da Educação Básica do MEC, o senhor foi responsável pela construção do Pnaic, cujo eixo principal era a formação de professores alfabetizadores. Qual o lugar dessa ação numa política de alfabetização?

Cesar Callegari: O lugar é o lugar absolutamente central, não há êxito em qualquer política ou programa de alfabetização de crianças sem que haja profissionais da educação preparados, e todos nós sabemos que a alfabetização não é um processo trivial. É extremamente complexo, exige muito preparo de professores, não apenas do ponto de vista teórico, metodológico, mas também em termos de implementação de práticas de alfabetização, e isso envolve inclusive o domínio de métodos, de técnicas, mas o mais importante é que os professores e as professoras tenham muito preparo. Esse preparo envolve muitas dimensões, como um diagnóstico muito preciso de um movimento e desenvolvimento de cada uma das crianças que estão sob sua responsabilidade que deve ser feito com muito cuidado, com muita sensibilidade, porque é uma fase em que as crianças têm um desenvolvimento desigual.

Elas já chegam à escola com desigualdades tanto em relação ao ciclo de alfabetização quanto ao processo cognitivo em que se encontram, e essas desigualdades têm que ser devidamente diagnosticadas. Então, os profissionais de educação têm que ter essa super sensibilidade que lhe permitam um diagnóstico preciso, singular, de cada uma das crianças, e que consigam mobilizar várias estratégias para que o processo de alfabetização e letramento, de fato, aconteça. Enfim, só para responder objetivamente, se muitas coisas são importantes, uma não é apenas a mais importante, mas é imprescindível: a alfabetização e os processos a esta relacionados devem contar com profissionais efetivamente bem-preparados para essa tarefa complexa e absolutamente necessária.

As ações do Pnaic se concentraram em quatro eixos: formação continuada dos professores alfabetizadores; material didático, obras literárias e jogos de apoio pedagógico; avaliação sistemática; gestão, controle e mobilização social. Além da formação de professores, houve um grande incentivo na produção de material didático. Como formulador da política, como percebe a importância do material didático para o trabalho docente?

Cesar Callegari: Ele é muito importante, porque na fase de alfabetização, os professores e professoras e demais profissionais que atuam na escola precisam ter um leque de possibilidades, sobretudo no que diz respeito a textos. As crianças nessa fase – e até mesmo antes, na própria educação infantil –, devem ser apresentadas a textos significativos, e não a pedacinhos de textos, que frequentemente não têm significado nenhum para elas.

Então, o material didático é um dispositivo muito importante para as políticas e programas de alfabetização. Eu sempre chamo a atenção para a utilização de textos completos e não fragmentos de textos. Muitas vezes, a gente percebe que profissionais da educação, na falta de recursos diversificados, acabam tendo que mobilizar apenas fragmentos que não têm significado nenhum, inclusive com elementos que são totalmente estranhos para as crianças como, por exemplo, falando de animais ou circunstâncias de vida que não têm absolutamente nada a ver com o Brasil, com a sua região. Quer dizer, essa contextualização é indispensável para que o processo de alfabetização e letramento se materialize como uma descoberta, como algo inaugural para a criança e algo que faça sentido para elas.

Esses materiais didáticos devem ser oferecidos e disponibilizados em quantidade necessária, mas, sobretudo, em diversidade necessária, a fim de que os profissionais da educação possam fazer escolhas adequadas de acordo com aquilo que eu costumo chamar de “implementação de pedagogias culturalmente relevantes”. Relevantes para quem? Para as crianças. Pedagogias que não sejam relevantes e significativas, textos que não sejam relevantes e significativos para as crianças tendem a produzir mais dificuldades do que conquistas. Esses materiais didáticos devem estar disponíveis em sala de aula.

Quando fui o coordenador da implementação do Pnaic no ano de 2012, nós tomamos o cuidado de criar uma biblioteca específica em sala de aula, com textos os mais variados possíveis para que ficassem disponibilizados para as crianças e, sobretudo, para os professores, que, como eu estava dizendo,

precisam selecionar esses textos e apresentá-los de uma maneira intencional para essas crianças, de tal forma que eles sejam apresentados num contexto culturalmente relevante.

O cantinho de leitura⁴ é um espaço dentro da sala de aula criado para incentivar a leitura e a alfabetização das crianças. É possível considerar que o Pnaic inaugurou os cantinhos de leitura nas salas de aula?

Cesar Callegari: O Pnaic não inaugurou, mas se valeu de experiências muito positivas existentes no Brasil, como esses cantinhos de leitura com estantes, enfim, para a disponibilização desse material. O que nós fizemos naquela época foi universalizar, de tal maneira, que todos os anos dedicados à alfabetização, todas as classes e todas as turmas tivessem acesso a esses materiais.

O que eu vejo que falta, frequentemente, é que esses materiais sejam efetivamente trabalhados com os professores. É preciso que esses profissionais não apenas saibam que existem 20 ou 30 títulos na escola, com textos interessantes, mas conheçam bem cada um deles. Então, as atividades de formação continuada para as escolas ou os programas, como é o caso do CNCA, e inclusive a própria ação das editoras – as de qualidade, pois nem todas as editoras de livro e materiais didáticos podem ser assim caracterizadas, mas muitas são – deveriam estar sendo sempre colocadas no sentido de reforçar esse trabalho, proporcionando aos profissionais alfabetizadores o efetivo conhecimento do conteúdo e das possibilidades práticas e metodológicas que esses materiais trazem.

A formação docente é um dos temas que possuem maior destaque no campo da Educação, tanto no que concerne à formação inicial quanto à formação continuada. No caso das lacunas da formação inicial do professor, como estas podem ser suprimidas pelas formações continuadas, desenvolvidas nas redes estaduais e municipais?

Cesar Callegari: Em primeiro lugar, nós estamos diante de um apagão do magistério. Essa é uma afirmação que faço há muito tempo, mas hoje em dia parece ser um lugar comum. Isso é gravíssimo para o país. Acho que de todos os problemas que o Brasil tem hoje, e são muitos, nenhum é mais importante e

⁴ O objetivo do cantinho de leitura é que os alunos tenham acesso a livros e se acostumem a ler, desenvolvendo habilidades como a linguagem, a criatividade e o vocabulário. Fisicamente, o cantinho da leitura é composto por livros dispostos em estantes, caixas e/ou baús na própria sala de aula para leitura individualizada dos alunos.

mais grave do que a precarização da formação dos professores – seja do ponto de vista qualitativo, seja do ponto de vista quantitativo.

Falta professor no Brasil e os profissionais que estão sendo formados hoje, em geral, na maior parte dos casos, e inclusive nesse caso – dos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, os licenciados em Pedagogia – a grande maioria está frequentando cursos à distância e, com raras exceções, cursos com baixíssima qualidade, oferecidos por instituições que não têm nenhum compromisso com a qualidade dos profissionais que estão sendo ali formados. Então, isso é gravíssimo, e isso tem que mudar.

A responsabilidade maior de proporcionar essa mudança é do MEC, a quem compete a atividade regulatória de autorizar, avaliar e suspender cursos. Enfim, alguns passos estão sendo dados, todos têm acompanhado os esforços do ministério no sentido de restringir a parte à distância na formação de professores durante a licenciatura. Mas em relação à formação inicial, nós temos que fazer uma revisão crítica das diretrizes curriculares de todas as licenciaturas, a começar pela formação em pedagogia, que se dirige à formação para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental. Isso tem que ser revisto e quero até dizer: eu defendo que nós temos aí uma responsabilidade histórica – e é para já –, que é de iniciar a formação de uma nova geração de professores no Brasil. É isso que vai mudar estruturalmente o país, em todos os sentidos: do ponto de vista econômico, do ponto de vista socioambiental, do ponto de vista da redução das desigualdades, do ponto de vista de defesa dos valores democráticos

A formação de uma nova geração de professores, formados em tempo integral, com bolsas, com um currículo realmente avançado, que diga respeito às necessidades atuais e futuras do nosso país, envolvendo desde os professores que vão se voltar à educação de crianças pequenas e bem pequenas, na área de educação infantil, até os profissionais que atuam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, e do ensino médio também. É preciso formar uma nova geração de professores, cuja formação se vincule a uma carreira nova, uma carreira de Estado – por isso, eu acho precisa ser uma coisa federalizada – uma carreira atraente sob todos os pontos de vista, inclusive do ponto de vista da remuneração. Nós precisamos atrair para o magistério os melhores e as melhores, entre os melhores e as melhores.

O Brasil não pode afastar os talentos que nós temos em grande quantidade em nosso país dessa função, dessa missão, desse trabalho que é absolutamente estrutural para a nação, que é a educação, a formação dos profissionais da educação. Eu vejo que essa é uma tarefa que tenho até conversado com o próprio Ministro da Educação, Camilo Santana, pois temos muita coisa a fazer, muitas coisas que estão sendo feitas, mas nada é mais importante do que a tarefa de formar uma nova geração de professores.

Eu acho que nos próximos 10 anos nós temos que ter a coragem de mobilizar os recursos que nós temos – e temos – com bons profissionais, bons alfabetizadores, bons pesquisadores. Mobilizar esses recursos todos para formar 300 mil novos profissionais da educação, uma nova carreira, salários compatíveis com o mercado de trabalho, atraentes, competitivos, para trazer para o magistério os melhores profissionais. Isso é possível ser feito no Brasil.

E voltando para a pergunta, além de formar uma nova geração de professores, nós precisamos valorizar, formando o tempo inteiro, os atuais 2,3 milhões de professores da educação básica que o país tem. Esse é o nosso maior patrimônio. Felizmente o Brasil tem essas mulheres e homens que trabalham na educação básica – professores, gestores, coordenadores pedagógicos, supervisores de ensino – todos profissionais que a educação básica requer. E para eles, nós temos que ter políticas consequentes de formação continuada, contínua, o tempo inteiro, ao longo da vida. Entretanto, essas políticas de formação contínua e continuada precisam ter foco, e o foco são as principais prioridades que nós todos sabemos que estão na educação básica.

Vou fazer uma analogia caricatural só para ilustrar: acho muito válido que uma professora ou um professor da alfabetização tenham o desejo de fazer um curso sobre mecânica quântica, por exemplo, é ótimo que professoras e professores da alfabetização tenham esse interesse, essa curiosidade. Mas o que temos que nos perguntar é: qual é a prioridade do conjunto de profissionais e do conjunto das escolas? Então, eu vejo que é muito importante que as secretarias de educação possam, na medida em que elas mobilizam inclusive recursos financeiros para incentivar a formação continuada, reconhecendo certificados de conclusão de certos cursos que os profissionais fazem, que as secretarias, por antecedência, digam em editais e em portarias, quais são as

prioridades. Então, para ilustrar, uma secretaria de educação em determinados municípios ou mesmo no estado, certamente não colocará entre as suas prioridades valorizar e reconhecer cursos de mecânica quântica para profissionais que se dedicam à área de alfabetização. O que as secretarias de educação deveriam dizer, com antecedência, é que elas vão valorizar e reconhecer cursos que digam respeito à didática do ensino da matemática, de língua portuguesa, ou de ciências, ou de geografia, ou de história, enfim.

Talvez o desenvolvimento dos processos didáticos possa apoiar de uma maneira mais efetiva o trabalho concreto que as professoras e os professores alfabetizadores estejam realizando e, com isso, favorecendo naturalmente os próprios estudantes. Dentro da carreira daqueles profissionais que já são profissionais da educação, nós temos e podemos encontrar mecanismos de atrair para o ciclo de alfabetização os profissionais mais experientes e mais preparados. Hoje o sistema aponta numa direção ao contrário, expulsa esses profissionais. No momento da alfabetização, eles acabam, pelo acúmulo de sua experiência e de pontos e tal, conseguindo, no momento de atribuição de aula, uma colocação que lhes seja mais confortável, às vezes ministrando aulas nos anos finais do ensino fundamental e até do ensino médio. Isso não deixa de ser importante, mas qualquer política representa uma escolha, ou escolhas de prioridades. E se nós estamos falando que a alfabetização é uma pedra angular de todo o sistema educacional, nós temos que encontrar mecanismos de valorizar e atrair, ou reter para o momento da alfabetização os melhores e mais experientes profissionais. Isso são escolhas que os gestores podem e devem fazer, eles têm instrumentos para isso, mas naturalmente eles não estão sendo mobilizados.

Na organização escolar, há uma lógica de distribuição do tempo do professor considerando apenas o tempo de aula e não o tempo de formação. Como garantir o desenvolvimento profissional do professor, sem que ele possa dispor desse tempo de formação?

Cesar Callegari: Primeiro nós temos que valorizar muito as chamadas “horas de trabalho coletivas” (HTPCs), que fazem parte da jornada dos professores brasileiros. Isso é uma coisa que está espalhada pelo Brasil inteiro. Toda escola, e até mesmo escolas privadas, dispõe de tempo para a formação e planejamento das atividades. Lamentavelmente, o que a gente observa é que grande parte

dessas horas de trabalho pedagógico, coletivo, muitas vezes são desperdiçadas e elas devem ser, no meu modo de entender, prioritariamente dedicadas a atividades formação, mais especificamente a formação entre pares. Muitos profissionais da educação podem ajudar os seus colegas a resolver problemas, porque são problemas comuns dentro do próprio ambiente escolar. Essa troca de informações, soluções e métodos é extremamente importante, mas precisa ter intencionalidade e isso tem que fazer parte de um programa. Esse programa é de responsabilidade tanto do coordenador pedagógico das escolas, quanto das próprias secretarias de educação (estaduais e municipais). E mesmo nas escolas privadas, esse tempo dedicado ao chamado “tempo de formação e planejamento” deve ser bem organizado, com materiais estruturados.

A outra coisa que precisa é que essas formações em serviço devem ser reconhecidas pelo sistema, o que não acontece. Há um conjunto de tarefas no que diz respeito à formação contínua, utilizando essas horas de trabalho coletivo, que deveriam ser registradas em evidências e aproveitadas no desenvolvimento da própria carreira do profissional da educação. Isso raramente acontece. Precisa haver o reconhecimento e eu sempre acho que as atividades formativas devem resultar numa produção de natureza autoral. E esse autoral não precisa ser individual, pode ser colaborativo, pode ser coletivo, mas que haja uma produção. E essa produção possa se tornar uma base documental que permita que esse conhecimento documentado transite dentro do sistema educacional, próprio, no município ou no estado, e que valha também como reconhecimento do esforço desses profissionais, inclusive para o desenvolvimento da carreira.

Essa formação contínua é extremamente importante, tem que ter mais foco, mais objetividade, deve fazer parte de uma política estruturada no sistema de ensino, seja ela uma prefeitura, uma rede municipal de educação, uma rede estadual ou uma rede intermunicipal, porque é muito importante que os professores também colaborem entre profissionais de municípios vizinhos. E do ponto de vista vertical, entre estado e municípios, isso tem que acontecer.

Nessa lógica de distribuição do tempo na organização escolar, muitos gestores alegam a dificuldade do que fazer com os alunos enquanto o professor se dedica a esse tempo de formação continuada.

Cesar Callegari: Tem certas coisas que são polêmicas. Mas qualquer profissional da educação, qualquer um de nós sabe que a formação ao longo da vida, a

formação continuada, é um direito nosso. É um direito, é o atendimento de uma necessidade profissional. Nós vemos, e qualquer diagnóstico hoje aponta, que há muito desperdício de vida nessas horas, profissionais da educação que são colocados para fazer essa hora de trabalho coletiva “cumpre o ponto”, vamos dizer assim, com pouco significado.

Eu vejo, às vezes, com muito sucesso, programas de formação continuada que são muito mais efetivos, muito mais intencionais, muito mais bem estruturados e que acontecem uma vez por mês. E, frequentemente, fora do horário escolar das crianças. Às vezes, isso vale a pena porque é uma coisa importante para nós. É muito importante, faz parte da nossa vida, da nossa carreira, inclusive essas horas contam na nossa remuneração. Eu não vejo maiores dificuldades, embora elas existam, não quero aqui esquecer delas, mas às vezes quando isso é organizado numa manhã de sábado, por exemplo, de um sábado por mês, acaba representando muito mais resultado, e é muito mais satisfatório, do que ficar com isso picadinho em poucas horas espalhadas durante os dias da semana. Agora, eu sei que muitas profissionais e muitos profissionais têm no dia de sábado o tempo necessário para cuidar de várias coisas individuais, seja da sua casa, da sua atividade familiar, e tudo mais. A gente compreende, mas é necessário reconhecer que esse tempo, que formalmente é dedicado à formação continuada, não pode ser um desperdício na nossa vida.

Esse é um tempo da nossa vida, como professor como professora. Isso não pode ser jogado fora. Se é importante para nós – e é – vamos aproveitá-lo da melhor maneira possível, inclusive em nome daquele que vale e que justifica a nossa profissão. A nossa profissão se justifica como professores para os alunos, pelos alunos. É por isso que nós somos professores. É por eles e para eles, não só para nós. Então, temos que repensar um pouco isso que acontece no nosso país hoje e que é um grande desperdício de horas e de vidas humanas de professores e professoras, que acaba resultando em muito pouco, é pouco significativo para esses profissionais e muito menos significativo ainda para seus alunos.

Nessa nova política de alfabetização do governo federal, a ênfase recai sobre o regime de colaboração, diferentemente do Pnaic, cujo eixo principal era a formação de professores alfabetizadores. Como essa mudança de perspectiva pode interferir no desenvolvimento da política?

Cesar Callegari: Ao articular o CNCA, a justificativa que o MEC deu à sociedade foi que, passados os anos pós-Pnaic, muitos sistemas de ensino, secretarias e muitas escolas acabaram desenvolvendo os seus próprios programas relacionados à alfabetização e letramento, e que seria um pouco complicado, de repente, vir o MEC com um programa totalmente estruturado, como era o Pnaic.

Apesar de ter muita diversidade, porque se apoiava inclusive nas experiências múltiplas que as próprias professoras alfabetizadoras traziam nesses encontros presenciais, essa troca de experiência era a principal riqueza do Pnaic. E havia certos materiais, e para quem se lembra, que eram estruturados, mas não necessariamente diretivos. Eles abriam possibilidades múltiplas no que diz respeito às reflexões e à mobilização das práticas de alfabetização e letramento. Mas agora, enfim, a justificativa foi essa. Passou o tempo e seria muito difícil criar um acordo nacional, um compromisso nacional, já que muitas redes de ensino e muitas escolas tomaram providências outras, e muito variadas. Então, o MEC está apostando nisso, dar o apoio para que as próprias redes desenvolvam prioritariamente ações formativas com seus próprios professores, respeitando essa diversidade que o país acabou desenvolvendo.

Eu confesso que tenho muito desejo de que isso tudo dê certo, mas tenho também um pouco de dúvida se isso vai dar certo. Lembrando que, no caso dos anos iniciais do ensino fundamental, a responsabilidade de coordenação dessas ações envolvendo a alfabetização, inclusive para os municípios, é dos governos estaduais. E se a gente faz uma leitura dos êxitos e fracassos das redes estaduais de educação que se dedicam à alfabetização de crianças, os fracassos são muito maiores do que os êxitos. Posso citar o caso do estado de São Paulo, que tem uma rede grande de escolas dedicadas aos anos iniciais do ensino fundamental, portanto, focadas na alfabetização de crianças. Apesar disso, o percentual de crianças que tem chegado ao 3º ano do ensino fundamental nas escolas estaduais sem que estejam alfabetizadas é escandalosamente alto.

Então, eu espero estar enganado, mas eu tenho um pouco de preocupação de atribuir aos governos estaduais a coordenação dos trabalhos de assessoramento, inclusive às redes municipais, no que diz respeito aos anos iniciais e ao ciclo de alfabetização especialmente.

O CNCA envolve também atividades de formação de professores e multiplicadores para aqueles profissionais que atuam na pré-escola, que atende crianças de 4 a 5 anos. Então, no caso da educação infantil, a responsabilidade está nas mãos de várias universidades que acumularam conhecimento e estão assessorando os municípios para a formação contínua e continuada desses profissionais que atuam nessa etapa de ensino.

Tudo isso mostra o seguinte: o MEC como o órgão de coordenação central do CNCA precisa mobilizar mecanismos de avaliação contínua para saber o que está dando certo ou não nesses programas locais, e manter um pouco mais de apoio. O que nós não podemos é continuar naturalizando esse absurdo que acontece no Brasil, onde mais da metade das crianças que chegam ao 3º ano do ensino fundamental não estão alfabetizadas. Nós temos que enfrentar esse problema, tem que ser uma obsessão nacional. Jamais naturalizar, jamais permitir que qualquer criança fique para trás. Quando fica para trás, é um fracasso nosso como profissionais da educação.

Livros publicados

CALLEGARI, C. *As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no estado de São Paulo*. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.

CALLEGARI, C.; CALLEGARI, N. *Ensino fundamental: a municipalização induzida*. São Paulo: Editora Senac-SP, 1997.

CALLEGARI, C. *O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo*. São Paulo: Aquariana, 2002.

CALLEGARI, C. *O Fundeb e o financiamento da educação pública no estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Aquariana, 2010.

Principais artigos publicados

CALLEGARI, C. "O avesso do avesso" ou uma base curricular para o Brasil. *In: O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: educar para a equidade*. São Paulo: Fundação Santillana, 2015.

CALLEGARI, C. O desafio de implementar a Base Nacional Comum Curricular. *In*. EDITORA MODERNA; TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação em debate*: um panorama abrangente e plural sobre os desafios da área para 2019-2022 em 46 artigos. São Paulo: Moderna, 2019. p. 64-68.

CALLEGARI, C. Juventude em desalento. *In*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de novembro de 2021. Disponível em: <https://cesarcallegari.com.br/2021/11/08/correr-atras-de-diploma/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CALLEGARI, C. Revogar a lei do ensino médio? *In*. *Folha de São Paulo*, São Paulo 6 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/08/revogar-a-lei-do-ensino-medio.shtml>. Acesso em: 19 out. 2024.

CALLEGARI, C.; CENCHINI, Clara. Escola não é quartel. *Revista Carta Capital*, São Paulo, 5 jun. 2024, n. 1313. Disponível em: <https://cartacapital.com.br/educacao/escola-nao-e-quartel/>. Acesso em: 19 out. 2024.

Principais pareceres, resoluções e diretrizes de sua autoria

Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos. Parecer Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 11/2010 e Resolução nº 01/2010.

Parecer nº 38/2006 do Conselho Nacional de Educação.

Resolução nº 4/2006 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que institui a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo das escolas de ensino médio brasileiras.

Site

Cesar Callegari. Disponível em: <https://cesarcallegari.com.br/>. Acesso em: 19 out. 2024.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *In*. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa)*. Apresentação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pró-Letramento*: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental – alfabetização e linguagem. Guia Geral. Brasília, DF: SEB, 2012.

BRASIL. *Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012*. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023*. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

RAMOS, M. E. N. *Pacto pela alfabetização: arranjos e contextos*. Curitiba: Appris, 2023.

RAMOS, M. E. N.; BONAMINO, A. M. C. de. O Pnaic no Rio de Janeiro: três arranjos institucionais de implementação. *Educação & Realidade*, v. 47, p. e108494, 2022.

VIÉDES, ; BRITO, V. A política educacional de alfabetização da criança consubstanciada pelos programas, projetos e pactos: o novo ou tudo de novo? *Revista HISTEDBR On-line*, v. 15, n. 63, p. 147-171, 2015.